
O Novo Programa de Aceleração do Crescimento

Uma avaliação preliminar

COINFRA

19 de março 2024

Inter . B

PACs I e II

Estrutura dos Programas

PAC I (2007-10)

- 3 grandes áreas
- Gestão: Casa Civil
- Centralizado na Casa Civil
- Orçamento: R\$ 414,5 B (aprox. R\$ 966 B a preços de 2024)

PAC II (2011-14)

- 6 eixos
- Gestão: MPOG
- Maior grau de horizontalidade e de participação dos entes federados
- Orçamento: R\$ 621 B (aprox. R\$ 1.180 B a preços de 2024)

Execução dos PAC 1 e PAC 2

Valores em R\$ bilhões correntes

Tipo de Investimento	PAC 1 (2007-2010)			PAC 2 (2011-2014)		
	Previsto	Executado	Executado/Previsto (%)	Previsto	Executado	Executado/Previsto (%)
Subtotal (sem Infraestrutura)	245,3	141,1	57,5	369,7	301,1	81,4
Infraestrutura	169,2	86,1	50,9	251,3	132,9	52,9
Total	414,5	227,2	54,8	621	434	69,9

Fonte: Relatórios Anuais de Atividade do TCU

Nota: Foram descontados tanto da execução quanto da previsão, os valores de financiamento a imóveis de "mercado"

Onde os PACs falharam?

- Desenho: elevada complexidade em função do tamanho e heterogeneidade dos projetos; e do desequilíbrio da participação público-privada, com alta dependência de recursos da OGF
- Governança: PAC 1 excessivamente centralizado na Casa Civil; PAC 2 teve maior horizontalidade, e execução (projetos menores) facilitada pela criação da SEPAC
- Priorização: PAC I carecia de priorização clara na hierarquização dos projetos, sendo esse o papel dos grupos e comitês de gestão. No PAC II, o grau de maturidade dos projetos foi um fator relevante
- Execução: Incluindo os megaprojetos. Segundo o TCU, em 04/2023 haviam 2.542 obras do PAC paralisadas (as atrasadas não foram contabilizadas).

O Novo PAC

Desenho e grau de complexidade: estrutura; tamanho

- Estrutura

Tamanho

Eixos

9

OGU

R\$ 371 bi

Setor privado

R\$ 612 bi

Subeixos

43

Estatais

R\$ 343 bi

Financiamento

R\$ 362 bi

Medidas institucionais

171

Número de empreendimentos*: 16.456 - sendo que 13.763 obras, 2.348 equipamentos, 265 projetos e 80 estudos. Do total, 9.678 são PAC e 6.778 PAC Seleções.

* Empreendimentos: obras, equipamentos, projetos e estudos.

Governança: centralizada na Casa Civil

Grupo Executivo do Programa de Aceleração do Crescimento (GEPAC)

- Analisa inclusões dos empreendimentos e estabelece metas.
 - Como se relacionam com planos e programas pré-existentes?
 - Como se dará a coordenação, compartilhamento de informação, integração entre empreendimentos do PAC e outras iniciativas?

Comitê Gestor do Programa de Aceleração do Crescimento (CGPAC)

- Define critérios para a execução do programa.
 - > Quais são de fato os critérios? Maturidade do projeto? Demandas locais e regionais?

**O Novo PAC: mitigando riscos para elevar
eficácia e qualidade do programa - o que fazer?**

Reduzir a complexidade: uma nova decomposição

Valor em R\$ bilhões 2023	PAC Infraestrutura Econômica 20 Subprogramas	PAC Inclusão Social 23 Subprogramas
Transporte Eficiente e Sustentável	220,9	
Água Para Todos		25,5
Transição e Segurança Energética	409,18	8,3
Cidades Sustentáveis e Resilientes	35,9	521,2
Saúde		29,4
Inclusão Digital e Conectividade	13,9	6,5
Infraestrutura Social e Urbana		2,3
Educação Ciência e Tecnologia	8,3	28,4
Inovação em Defesa	27,8	
Total	716	621,6

Fonte: Elaboração Própria

Inter . B

Descentralizar para melhor governar

- Transferência da governança do bloco PAC Infraestrutura Econômica para o MPO, acompanhada da transferência do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI);
- Estabelecer um Comitê Interministerial de Reformas Institucionais, coordenado pelo MPO, com a atribuição de contratar estudos de avaliação de impacto de cada medida ou clusters de medidas, definir a estratégia de implantação descentralizada, e acompanhar este processo. Seria essencial hierarquizar e descentralizar as medidas institucionais
- PAC Inclusão Social permaneceria na Casa Civil com a criação de uma Secretaria Executiva que responderia a um Comitê Interministerial de Inclusão Social, composto pelos ministros de gestão econômica, social e ambiental, além dos povos originários.
- *Força Tarefa de Acompanhamento do PAC*, com representantes dos órgãos de controle (CGU, MP, TCU), Polícia Federal e Ministérios que governam e gerem o PAC.

Priorizar com base na taxa social de retorno

- Assegurar recursos para os projetos prioritários, com base na sua taxa social de retorno

Em parceria com o Congresso, e após um trabalho de convencimento, utilizar as emendas parlamentares, dotando de total transparência sua destinação;

Estabelecer mecanismo que filtre as emendas e permita seu ranqueamento, acompanhamento e fiscalização; e criar Fundo no valor de 10% do total das emendas, que seria alocado a propostas dos Congressistas que obtivessem nota máxima com base em critérios objetivos de retorno para a sociedade.

Garantir a execução

- Qualidade dos projetos e integridade na execução

Assegurando que projetos (básicos e executivos) de boa qualidade sejam condição necessária para dar partida ou retomar as obras; execução seria ainda facilitada por um “Pacto de Integridade” entre as empresas participantes dos projetos; e pela Nova Lei de Licitações, que exige práticas de conformidade.

- Ampliar o espaço do setor privado

O Novo PAC aponta para uma participação privada de 36,3%, relevante mas incerta, pois depende de um conjunto de fatores muitos dos quais fogem ao controle do governo.

Ainda assim, o Novo PAC se propõe a levar adiante 171 medidas institucionais, muitas insuficientemente explicitadas, mas potencialmente relevantes para incentivar o investimento privado. Este, claramente, depende de maior segurança jurídica e previsibilidade regulatória, dimensões em que até o momento o PAC não parece ter “movido a agulha”.

Inter.B Consultoria Internacional de Negócios

Claudio Frischtak: claudio.frischtak@interb.com.br

Vinicius Bastos: vinicius.bastos@interb.com.br

Francisco Caputo: francisco.caputo@interb.com.br